



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

**Gabrielly Almeida Santos
do Amparo**

Universidade Federal do ABC, Departamento
de Relações Internacionais, São Paulo – SP
(gabrielly.amparo@ufabc.edu.br).

 ORCID ID:
<https://orcid.org/0000-0002-2806-6306>

Julia Bertino Moreira

Universidade Federal do ABC, Departamento
de Relações Internacionais, São Paulo – SP
(julia.bertino@ufabc.edu.br).

 ORCID ID:
<https://orcid.org/0000-0003-3951-508X>

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



A diplomacia não tem rosto de mulher: o Itamaraty e a desigualdade de gênero

The unwomanly face of diplomacy: Itamaraty and gender inequality

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e22001>

Recebido em 7 de julho de 2020

Aprovado em 2 de novembro de 2020

Resumo

Este artigo pretende elucidar como a imagem de diplomata foi construída e reproduzida no Itamaraty, desde a gênese dessa instituição no Brasil. A hipótese condutora da pesquisa é que tal imagem desenvolveu-se a partir da exclusão da mulher, devido ao *ethos* do MRE embasar-se no patrimonialismo, no elitismo e na desigualdade de gênero. Partindo de revisão bibliográfica e pesquisa documental, abordaremos os feminismos nas RI, as características do *ethos* itamaratiano e a questão da mulher no Itamaraty.

Abstract

This article aims to elucidate how the image of diplomat was constructed and reproduced at Itamaraty, since the genesis of this institution in Brazil. The research's guiding hypothesis is that such an image was developed from the exclusion of women, due to the ethos of the MRE based on patrimonialism, elitism, and gender inequality. Departing from a bibliographic review and documentary research, we will address feminisms in IR, the characteristics of the Itamaratian *ethos* and the woman's issue in Itamaraty.

Palavras-chave: Mulher; diplomacia; desigualdade de gênero; visibilidade; Política Externa Brasileira.

Keywords: Woman; diplomacy; gender inequality; visibility; Brazilian Foreign Policy.

Introdução

O gênero é utilizado como forma de diferenciação, como categoria de classificação e como guia de ações (Monte, 2013), controlando e limitando a visão, os pensamentos e as ações dos indivíduos numa sociedade. Segundo teóricas feministas, como Beauvoir (1973) e Tickner (1997), muitas formas de exercício do poder público e privado dependem da operacionalização, legitimação

e perpetuação do controle dos pensamentos e corpos das mulheres, bem como das noções de feminilidade e masculinidade. A valorização do masculino e das atividades associadas a este gênero relacionam-se com a construção política dos gêneros, levando à hierarquização da atividade social e política.¹ A distribuição de poder, autoridade e recursos ocorre de forma a privilegiar os homens, afetando a posição da mulher na sociedade (Beauvoir, 1973). Por exemplo, ao longo da história, poucas são as mulheres que ascenderam à carreira política, um campo majoritariamente pertencente aos homens (Enloe, 2012).

É neste sentido que o artigo parte da seguinte questão de pesquisa: como a imagem de diplomata foi construída e reproduzida no Itamaraty, desde a gênese dessa instituição no Brasil? E, como desdobramento, quais os impactos desta imagem sobre as mulheres na carreira diplomática brasileira? A hipótese condutora da pesquisa é que tal imagem se desenvolveu a partir da exclusão da mulher, uma vez que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) é constituído e constituidor de um *ethos* próprio, tendo como pilares o patrimonialismo, o conservadorismo, o elitismo e o patriarcado. Com isso, a instituição historicamente reforçou e ainda reforça – a despeito das reformas internas e das ações afirmativas já adotadas – a desigualdade de gênero, o que dificulta o ingresso e a ascensão de mulheres diplomatas na carreira, assim como a visibilidade destas perante a sociedade brasileira.

Para a análise pretendida, adotaremos as teorias feministas das Relações Internacionais como arcabouço teórico, focando nas teorias construtivista e pós-estrutural. A utilização deste arcabouço visa examinar a questão por uma ótica diferente das lentes comuns e valorizar as teorias feministas dentro das Relações Internacionais (RI). Neste artigo adotamos “mulher” como categoria de análise e não “mulheres”, mas isso não significa que estamos desconsiderando as diferentes histórias de mulheres diversas. Entretanto, para o objetivo a que se propõe, é utilizado mulher, no singular, como uma categoria que sofre as mesmas forças opressoras dentro de uma instituição (Mohanty, 1984), isto é, no Itamaraty.

Este artigo difere-se de outras pesquisas sobre o tema das mulheres na carreira diplomática brasileira, como as de Balbino (2011), Delamonica (2014), Farias e Carmo (2016) e Friaça (2018), pelo problema, pela hipótese e pelo aporte teórico escolhido para análise. Os estudos existentes não focam na construção da imagem de diplomata e nem possuem uma hipótese histórico-cultural relacionada ao *ethos* da instituição, tampouco utilizam as teorias feministas construtivista e pós-estruturalista das Relações Internacionais para compreender a questão da mulher na carreira diplomática, como faz esta pesquisa.

Em termos metodológicos, o artigo se baseia em revisão bibliográfica e pesquisa documental, com análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados. A primeira seção aborda as teorias feministas das Relações Internacionais, tendo como principais referências Tickner (1997, 2013) e Enloe (2007, 2012). Já a segunda seção conta com um breve histórico do Itamaraty e de seu *ethos*, utilizando as obras de Cheibub (1985, 1989), Moura (2003, 2006, 2007), Lopes (2013, 2017), e Souza (2018). Por

1 O título do artigo faz uma analogia à obra de Svetlana Alexijevich, “A guerra não tem rosto de mulher”, de 2016, em que a autora trabalha com relatos de soviéticas que participaram da Segunda Guerra Mundial, inclusive como combatentes, contrariando a versão “oficial” da história da Guerra, que, geralmente, não inclui a participação de mulheres.

fim, a terceira e última seção, que traz a questão da mulher na carreira diplomática brasileira, trata de questões como o ingresso e a ascensão na carreira, pautando-se pela análise de dados, fornecidos pelo MRE após solicitação por meio do site do Sistema de Acesso à Informação, além de legislações e do documentário “Exteriores” (2018).

Feminismos nas teorias de Relações Internacionais

Quando falamos de gênero, estamos nos referindo ao conjunto de símbolos e normas sociais que molda os indivíduos em mulheres e em homens (Saffioti, 2015). Logo, a desigualdade de gêneros não é uma condição natural, ela “é imposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (Saffioti, 2015: 75). O feminismo questiona esta imposição histórica de papéis diferentes e desiguais entre gêneros e luta para combater a opressão a que as mulheres estão sujeitas e para torná-las independentes e capazes de desfrutar de direitos civis, equiparando seus direitos políticos, jurídicos e econômicos aos direitos dos demais membros da sociedade. Ou seja, busca-se uma igualdade não apenas na lei, como também na vida cotidiana (Pinto, 2010).

O feminismo surge enquanto movimento apenas no final do século XIX, quando as demandas das mulheres por direitos foram apresentadas de forma mais organizada e sistemática (Caetano, 2017). Nesse sentido, por mais que já houvesse resistência por parte das mulheres ao longo da história da humanidade, eram atos e movimentos isolados, não configurando um movimento estruturado internacionalmente, conforme passava a ter naquele momento (Alves & Alves, 2013). Como trata-se de um movimento, o feminismo é uma ação política que não se limita apenas a um campo, envolve teoria, prática, ética e política (Soares, 1994). Por ser um movimento que produz sua própria teoria e sua própria reflexão crítica (Pinto, 2010), o correto é referenciar o feminismo não no singular, mas no plural, feminismos, devido à sua diversidade de abordagens e correntes teóricas dentro do seu próprio bojo. Além disso, os feminismos correspondem a diferentes demandas que se alteram não apenas referente a grupos e locais de fala, mas também às mudanças históricas e sociais².

Trazendo essa questão para o campo das Relações Internacionais, apenas no final da década de 1980, começo da de 1990, o feminismo foi introduzido nas teorias da área. Em meados da década de 1970, passou a haver uma mudança considerável no cenário internacional e, conseqüentemente, a emergir novos temas na agenda global, até então sem espaço nos debates da área, como meio-ambiente, direitos humanos e gênero (Tickner, 1997). Como o aparato teórico do *mainstream* das Relações Internacionais não era capaz de analisar o novo cenário, gerou-se uma crise teórica, metodológica e epistemológica. Iniciou-se assim o terceiro debate das Relações Internacionais, entre positivistas e pós-positivistas, abrindo caminho para imersão de novas teorias no campo, como os feminismos (Tickner, 1997).

2 Para facilitar o entendimento e diferenciação das demandas feministas, as autoras costumam apresentar o movimento dividindo-o em períodos cronológicos intitulados “ondas” (Caetano, 2017: 04). Optamos por não as retratar neste artigo devido à limitação de espaço e, com isso, poder focar no desenvolvimento da análise proposta.

Segundo teóricas feministas, como Tickner (1997) e Enloe (2007), o mundo é caracterizado por hierarquias de gênero prejudiciais às mulheres. As teorias feministas das Relações Internacionais denunciam que, como os enfoques teóricos predominantes têm sido, majoritariamente, formulados por homens, a forma de pensar as relações internacionais encobrem e reproduzem a hierarquização entre os gêneros, sobretudo as teorias positivistas (Tickner, 1997; Enloe 2007, 2012). Estas hierarquias reforçam as instituições socialmente construídas e as práticas que perpetuam expectativas de papéis diferentes e desiguais, que vêm contribuindo para as desigualdades fundamentais entre mulheres e homens no mundo da política internacional. A distribuição de poder, autoridade e recursos ocorre de forma a privilegiar os homens, afetando a posição da mulher na sociedade (Tickner & Sjoberg, 2013). Há uma exclusão “tradicional” das mulheres do campo da alta política. De acordo com Enloe (2007; 2012), as mulheres têm sido deixadas de lado nos estudos das Relações Internacionais devido a muitos teóricos pressuporem que “a mulher é inconsequente na área pública – que consiste em um mar de ternos pretos, gravatas e cabelo curto” (Enloe, 2007: 102).

Assim como o movimento feminista apresenta diferentes vertentes, pluralizando-se, os feminismos das Relações Internacionais também devem ser tratados no plural, pois apresentam diversas abordagens e discussões. Apesar de os feminismos divergirem quanto a referenciais teórico-conceitos, como “subordinação” e “patriarcado”, e quanto às formas de superá-los, concordam que a mulher não deve ser desfavorecida pelo fato de ser mulher. Igualmente convergem em um propósito comum: entender a subordinação das mulheres e as desigualdades de gênero, trazendo à luz da consciência que as formas predominantes de se pensar as Relações Internacionais tendem a reafirmar a hierarquia entre os gêneros e elucidar as análises da área no que tange a outras realidades e perspectivas existentes no mundo que não aquelas sempre apontadas pelo viés tradicional (Tickner & Sjoberg, 2013).

Nesta prerrogativa, esta pesquisa se embasa em duas correntes feministas nas Relações Internacionais: o feminismo construtivista e o feminismo pós-estrutural. Apesar de num primeiro momento parecerem idiossincráticos, apresentam elementos complementares, cruciais para a análise proposta. Segundo as feministas construtivistas, a vida internacional é social e os agentes e estruturas são co-constituídos (Tickner & Sjoberg, 2013). Para elas, a política de gênero permeia a política mundial, criando um conjunto de regras linguisticamente baseadas sobre como os Estados interagem uns com os outros e com seus próprios cidadãos. As feministas pós-estruturais concebem a realidade mediante o uso da linguagem, buscando compreender a relação entre conhecimento e poder (Tickner & Sjoberg, 2013). Se a sociedade constrói e molda seus próprios agentes e perpetua culturas, tradições e práticas na sua história, isso ocorre por meio da comunicação, logo, da linguagem. As fronteiras entre as teorias pós-positivistas não são claras, ocorrendo conexões entre elas. Assim, os vieses construtivista e pós-estrutural feministas conectam-se, ao considerarem o gênero como uma construção social complexa e que muda conforme o contexto social/histórico/temporal no qual está inserido, sendo moldado pela e moldador da sociedade, uma vez que a mesma age e organiza-se mediante uma lógica de gênero que atribui papéis diferentes e desiguais a mulheres e homens. Além disso, entender a relação de poder existente na construção da “história oficial” possibilita subverter a condição de “inexistência” das mulheres, que muitas vezes são excluídas da “memória oficial”.

O *Ethos* do Itamaraty e seu perfil “ideal” de diplomata

No Brasil, a diplomacia é uma comunidade profissional caracterizada por uma cultura burocrática estruturada na hierarquia³. Sua evolução histórica⁴ é permeada por um *ethos* próprio, cuja construção ocorreu de forma dialética à própria consolidação do Itamaraty (Lopes, 2013). *Ethos* é um conjunto de crenças, hábitos, costumes, valores e particularidades comportamentais que distinguem uma determinada comunidade das demais (Rodrigues, 2008). O *ethos* do Itamaraty é composto por características que advêm dos tempos do Brasil-Império, apresentando traços de patrimonialismo, elitismo, conservadorismo, racismo e patriarcado.

Segundo Cheibub (1985), o Itamaraty é marcado por três períodos distintos em sua consolidação histórica, sendo: o primeiro (de 1822 ao fim do século XIX) fortemente patrimonialista, assentado nos laços fraternais; o segundo (correspondente aos primeiros anos do século XX) caracterizado pela figura do Barão do Rio Branco, com predominância do elemento carismático e ainda com critério de admissão atrelado ao poderio econômico; somente no terceiro período (do final da década de 1910 ao presente), houve a burocratização e racionalização da instituição, conferindo-lhe, definitivamente, suas características mais marcantes e contínuas, como a hierarquia, a maior quantidade de homens diplomatas, seu insulamento e seu *ethos*. Todavia, os estudos de Cheibub datam do período pré-redemocratização e durante a redemocratização, logo, não contemplam o período iniciado desde o final da década de 1980 até os dias atuais. Para complementar o enfoque de Cheibub, utilizaremos os estudos de Hannah Souza (2018) que intitula o último período como “democrático”.

Durante o período imperial da história do Itamaraty e até meados do século XX, correspondente ao período carismático, o mecanismo de recrutamento para a carreira diplomática considerava a condição social dos candidatos, selecionando membros dos setores oligárquicos e da aristocracia. À época do imperador, os diplomatas recrutados eram homens brancos da corte e da elite, econômica e intelectual, de confiança do soberano e que lhe eram interessantes manter por perto devido a seus interesses particulares. Durante o período do Barão do Rio Branco à frente do serviço diplomático brasileiro, o recrutamento de diplomatas ainda se dava de maneira pessoal, considerando laços patrimoniais, raça (branca), sexo (homem) e condição econômica-social (classe). O Barão recrutava homens jovens brancos e bem-nascidos casados com “moças que tocavam piano e falavam francês” (Moura, 2003). Tais requisitos refletiam tanto a segmentação social desejada pelo Itamaraty para a composição do seu quadro de funcionários, já que tocar piano e falar francês eram, e ainda são, características associadas à elite no Brasil, bem como a segmentação racial e de gênero, ao desejar o recrutamento de homens brancos. Com isto, houve uma uniformização dos membros da diplomacia segundo sua origem social, o que levou a uma coesão e homogeneidade na carreira, ajudando a configurar o *ethos* da instituição (Moura, 2007; Lopes, 2013).

3 Existem seis níveis hierárquicos na carreira diplomática – Terceiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe.

4 Como a abordagem histórica sobre a diplomacia brasileira envolve um grande período para análise, utilizaremos apenas alguns marcos pontuais e as características sociológicas que criaram e consolidaram o MRE.

Assim, dois aspectos da estrutura da diplomacia brasileira podem ser evidenciados: o Itamaraty como o último refúgio da monarquia no Brasil⁵ (Moura, 2007) e a presença contínua da elite brasileira no quadro de serviços diplomáticos. Desde seu início, a diplomacia brasileira está atrelada, portanto, à elite, que basicamente é constituída por homens brancos e ricos. Somente quem fosse homem, “culto” e rico (Moura, 2007: 15) poderia ascender a tal carreira, somente quem poderia “viver para a política”, além de o Estado privilegiar aqueles cujas famílias fossem mais atreladas ao governo – ou aos interesses deste.

Apenas com a criação do Instituto Rio Branco (IRBr), o recrutamento de funcionários do serviço exterior passou a ser mais “democrático”: desde 1946 só se tornava diplomata quem fosse admitido em concurso organizado anualmente pelo Instituto (Moura, 2007). Os concursos públicos trouxeram uma maior abertura social, conferindo maior heterogeneidade aos membros do MRE.

Com um cenário internacional marcado pela globalização e com a nova ordem constitucional de 1988, o Itamaraty teve de lidar simultaneamente com a crescente concentração de poderes nas mãos dos presidentes da República e com o aumento da pressão de diferentes atores sociais na produção da política externa brasileira. Este novo desafio levou a instituição à uma crescente preocupação com a representatividade do corpo diplomático em relação à diversidade da população brasileira (Lopes, 2013).

Neste sentido, diante das transformações internas e internacionais, o MRE passou por ajustes institucionais a fim de garantir seu *status quo* como ator central na arena decisória da política exterior brasileira. Medidas democratizantes começaram a ser adotadas pela instituição, tornando-se mais visíveis ao público a partir das reformas feitas pelo ministro Celso Amorim durante o governo Lula (2003-2010). Essas reformas atingiram desde a forma de acesso à carreira – com mudanças significativas no concurso público – até os mecanismos de ascensão hierárquica dentro dos quadros do serviço diplomático do Itamaraty. Dentre as inovações, encontra-se o programa de cotas para afrodescendentes e pessoas com deficiência, a política de nomeação de mulheres a importantes cargos⁶, a fim de legitimar maior representatividade feminina no ministério.

Todavia, mesmo que nos últimos dois períodos da história do MRE haja um processo crescente de burocratização e democratização dos mecanismos de recrutamento, tornando a adesão à carreira diplomática mais impessoal, por meio dos concursos públicos, esse processo é historicamente recente no serviço diplomático brasileiro. Desta forma, o *ethos* da instituição apresenta forte identificação e semelhanças com o *ethos* cortês e aristocrático (LOPES, 2013; Moura, 2007).

Portanto, a consolidação da tradição diplomática brasileira contribuiu para a formação e perpetuação do significado associado ao significante “diplomata”. Ou seja, a história estrutural do Itamaraty produziu o significado, a imagem, a figura de diplomata; assim, ao nos remetermos à palavra diplomata (o significante), a primeira imagem que vem em nossa mente é um homem, branco, bem

5 Com a mudança da monarquia para a República, a nobreza imperial, para não perder seu *status* social, adaptou-se aos critérios republicanos para ocupar o quadro de funcionários estatais. Assim, a nobiliarquia brasileira profissionalizou-se e transferiu-se para o MRE da República Velha (Lopes, 2017).

6 Para saber mais: <https://oglobo.globo.com/politica/mulheres-conquistam-espaco-na-diplomacia-2873406>

vestido (o significado). A seguir desta primeira imagem que nos vem à mente, surge o arquétipo de diplomata construído socialmente – aqui devemos entender que socialmente incluem-se tanto os fatores internos do MRE como os fatores externos, isto é, como o Itamaraty se coloca à sociedade e como esta enxerga-o.

Apesar de o ingresso à carreira diplomática ter evoluído e se burocratizado, adotando o concurso público realizado no âmbito do IRBr, ainda há a noção de que no MRE prevalecem os laços patrimoniais. Ou seja, a ideia de que o Itamaraty é um grande “clã” constituído por “linhagens de diplomatas” e de que os filhos e parentes de diplomatas são favorecidos em alguma(s) das etapas do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) (Moura, 2006).

A visão dos diplomatas como membros da elite, pessoas ricas, elegantes, intelectuais, bem-nascidas, bem-sucedidas e detentoras de um *status* privilegiado na sociedade brasileira é um fato social, isto é, representa uma consciência coletiva anterior à própria individualidade, à vontade e à consciência individual que norteiam a moral e os comportamentos na vida em sociedade através de normas sociais e morais por meio de instituições sociais (Queiroz, 1972). Esta imagem construída socialmente é um reflexo histórico, uma vez que os diplomatas continuaram a ser recrutados no seio da elite estatal durante muitos anos, passando, posteriormente a sê-lo dentro da elite intelectual (Moura, 2007). Comumente os diplomatas relatam que seus pais e professores comentavam que tinham “jeito” para exercer tal função: “Em geral essa insinuação vem acompanhada de explicações tais como ser bom aluno na escola, ser ‘educado’ e inteligente, gostar de aprender línguas” (Moura, 2006: 25). Isso ocorre devido ao arquétipo de diplomata compartilhado pela sociedade brasileira.

Ademais, a mídia também influenciou – e ainda influencia – na construção social da imagem de diplomata, pois geralmente quando os diplomatas são retratados em jornais, revistas, novelas e até livros, como em romances machadianos⁷, aparecem como homens “sofisticados”, membros da política e de uma elite de difícil acesso (Moura, 2006: 25). Os diplomatas, tradicionalmente e historicamente, são indivíduos muito próximos ao poder, seja ele monetário ou intelectual, o que leva a sua imagem, mesmo após a burocratização e democratização, a continuar a mesma: homem, branco, heterossexual, elitizado e casado com mulheres brancas da elite.

A carreira diplomática, então, é vista socialmente como uma profissão masculina, resultando, em parte, de como a imagem da profissão é projetada na sociedade. Portanto, apesar de apresentar um *ethos* institucional próprio, o Itamaraty passa por um duplo movimento de estruturação: ao mesmo tempo que estrutura uma visão de mundo própria a ser introjetada nos diplomatas que representarão o país no exterior, reproduz aspectos sociais, políticos e culturais presentes na sociedade e no Estado brasileiros (Moura, 2007).

Desta forma, ainda que o Itamaraty tenha iniciativas mais democratizantes, visando modernizar e democratizar sua conduta e sua imagem e acompanhar a evolução e a diversidade da sociedade brasileira, as ideias fundadoras persistem no MRE, compartilhadas pelo *ethos* institucional e pelos

7 Como em “Memorial de Aires”, de Machado de Assis, publicado em 1908, que retrata as futilidades de personagens pertencentes à elite brasileira do fim do século XIX.

recursos simbólicos. Tais recursos não são completamente compatíveis com a imagem que o Itamaraty quer passar à sociedade, de uma instituição democrática e representativa (Moura, 2006: 32), como podemos perceber quanto à questão da mulher na instituição.

A mulher na diplomacia brasileira

Maria José de Castro Rebelo Mendes foi a primeira mulher a ingressar oficialmente no Itamaraty, em 1918 (Carmo & Farias, 2016). Para conseguir tal feito, ela teve que recorrer judicialmente, pois seu pedido de participação no concurso foi recusado por Nilo Peçanha, então ministro das Relações Exteriores. Num ambiente interno em que as mulheres sequer tinham o direito ao voto, em 1926, mais duas mulheres ingressam na diplomacia brasileira, Wanda Vianna Rodrigues e Celina Porto Carrero, sendo ambas nomeadas para o cargo, visto que não passaram por um concurso de provas. Já Zorayma de Almeida Rodrigues foi aprovada no concurso de 1928 e tornou-se a quarta mulher na diplomacia brasileira. À época, a diplomacia brasileira contava com 241 servidores, sendo que apenas 4 eram mulheres (Friaça, 2018: 84).

O serviço exterior no Brasil, até 1931, tinha três ramos diferentes: o serviço diplomático, o serviço consular e o quadro de Oficiais da Secretaria de Estado. Com a Reforma Melo Franco, de 1931, que extinguiu este último ramo, as quatro diplomatas do MRE, até então servindo como Oficiais da Secretaria de Estado, foram transferidas automaticamente para o corpo consular. Os homens oficiais de Secretaria puderam escolher entre a carreira consular e a carreira diplomática, porém esta escolha não foi dada às mulheres. A estas, coube a promoção automática à carreira de “menor prestígio” quando comparada à diplomática, de maior prestígio (Friaça, 2018).

Além disso, no dia 12 de abril de 1934, foi publicado o Decreto 24.113, que, de acordo com o Art. 75, §3º, se um funcionário se casasse com uma funcionária da carreira diplomática ou consular, eles teriam que escolher qual dos dois deixaria de receber seu salário. Como o Código Civil de 1916 estabelecia a hierarquia marital, a mulher era a escolhida (Friaça, 2018).

Posteriormente, em 1938, com a Reforma de Oswaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, além da unificação da carreira consular com a carreira diplomática, ocorreu a proibição do ingresso de mulheres à carreira diplomática no Brasil. Até então, entre 1918 e 1938, apenas dezenove mulheres tinham sido admitidas à carreira diplomática brasileira (Friaça, 2018). De acordo com Oswaldo Aranha, as mulheres não deveriam ingressar na carreira diplomática porque, além de expor o Brasil ao ridículo, criava embaraços para o governo brasileiro e outros Estados, pois as leis de outros países, bem como a religião, os hábitos sociais e os conceitos políticos eram diversos e muitos não favoreciam a admissão de mulheres. Ademais, segundo ele, a mulher não conseguiria agir de forma precisa e eficaz devido à suposta fragilidade do sexo feminino e, as casadas, submeteriam seus maridos a vexames e entrariam em conflito de autoridade com estes, pois para eles seria muito difícil encontrar uma carreira no exterior e dificilmente receberiam remuneração maior que a de suas esposas, contrariando a sociedade conjugal prevista no Código Civil de 1916 (Friaça, 2018).

A criação do Instituto Rio Branco, em 1945, inicialmente avivou a expectativa das mulheres poderem participar do concurso. Todavia, em 26 de abril de 1946, foi publicado o Decreto-lei nº 9.202, que designava como elegíveis à carreira diplomática brasileiros do sexo masculino. O texto ainda dispunha de outras regras sobre matrimônio, prejudiciais, sobretudo às mulheres, pois, a diplomata que contraísse matrimônio com membro da carreira diplomática seria obrigatoriamente exonerada (Friaça, 2018).

Apenas nos anos 1950 a proibição do ingresso de mulheres à carreira diplomática foi extinta definitivamente, pela Lei 2.171, de 18 de janeiro de 1954. Porém, mesmo após tal legislação, a mulher ainda continuava à deriva do perfil diplomático desejado: no edital do concurso, as especificações do traje que os candidatos à carreira deveriam usar na entrevista não contemplavam as mulheres (Moura, 2007).

Em 1961, com a Lei 3.917, de 14 de julho de 1961, o veto ao matrimônio deixara de existir. Todavia, em 1966 surgiu um novo obstáculo: o instituto da agregação, dispondo que para as diplomatas, cujos maridos eram removidos, o tempo passado com seus maridos no exterior não seria contado para efeitos de promoção hierárquica e também não seriam remuneradas enquanto estivessem agregadas. A partir de 1973, os anos de agregação passaram a ser contados como serviço exterior (Friaça, 2018).

No final dos anos 1970, em 1978, ocorreu um fato emblemático no Itamaraty: o ingresso na instituição da primeira mulher negra. Mônica Menezes de Campos, ao servir na Suíça, enfrentou preconceito por parte de seus superiores, que não a apresentavam como diplomata. Infelizmente sua carreira foi curta, pois teve uma morte precoce, aos 27 anos de idade, em 1985 (Exteriores, 2018).

A década de 1980 foi marcada por avanços quanto à questão da mulher no Itamaraty. Em 1986, o instituto da agregação foi extinto com a Lei 7.501 de 27 de junho de 1986, porém um dos cônjuges teria um salário 40% menor – tal desigualdade de remuneração apenas deixou de existir com a Lei 9.392 de 19 de dezembro de 1996. Na mesma década, começou a ser utilizada a flexão de gênero aos títulos diplomáticos. Thereza Quintella foi a primeira diplomata a se intitular como Ministra⁸, no feminino, e a primeira mulher a alcançar este nível desde a criação do IRBr; tendo sido também a primeira mulher a dirigir o mesmo instituto, assim ela recorda:

O cargo era masculino. Diziam: ‘A secretário fulano’. Botar o artigo no feminino já foi um ganho, porque ‘o secretário Thereza’ ficava horrível. Eu, quando fui promovida a Ministro e fui removida para o consulado em Londres, dei um coquetel de despedida. Quando eu imprimi o convite, escrevi: ‘A senhora Ministro Thereza Quintella convida’. E foi um colega, Zé Guilherme Merquior, que estava na academia que disse: ‘Thereza, você sabia que você não precisa ser a senhora Ministro, você é a senhora Ministra. Porque todo nome masculino tem feminino, você é Ministra’. E eu me lembro que eu achei tão bonito, que passei a usar o feminino. Mas não se usava. Quer dizer, o cargo era masculino (Thereza Quintella apud Exteriores, 2018, 00:12:42 – 00:13:29).

8 O cargo Ministra(o) de Primeira Classe também é conhecido como embaixadora/embaixador. Todavia, as diplomatas brasileiras eram chamadas de embaixatrizes, cujo significado é “mulher do embaixador”, e não de embaixadoras (Exteriores, 2018).

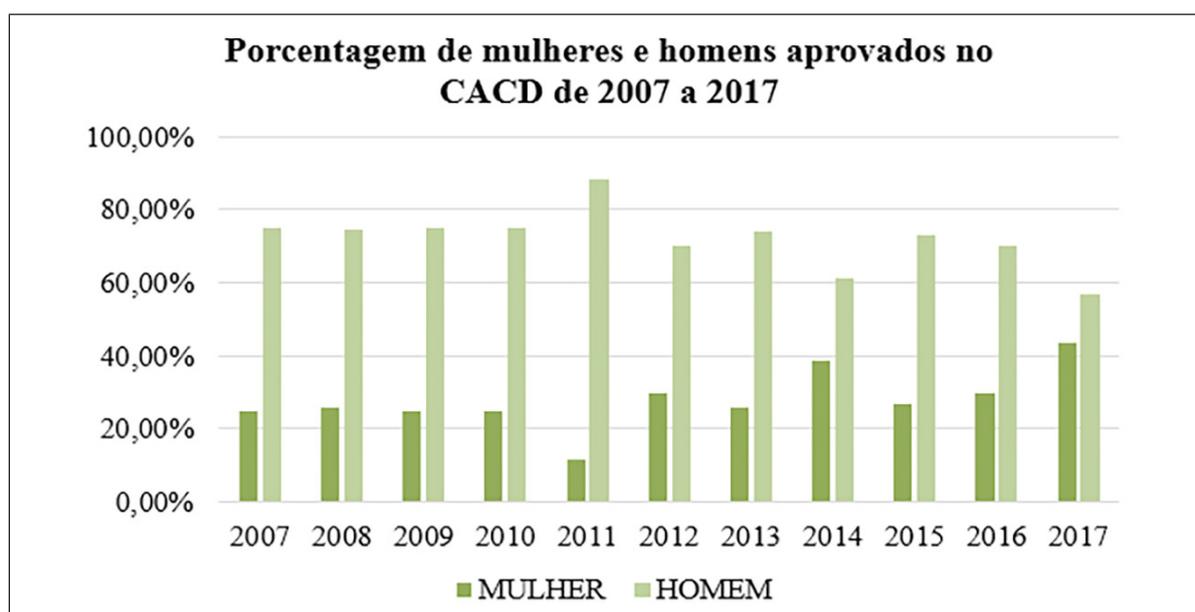
Novas medidas em relação à questão de gênero no Itamaraty foram tomadas somente na gestão de Celso Amorim, durante o governo Lula (2003-2011). Em 2003, Amorim nomeou a primeira Subsecretária do Itamaraty: Vera Pedrosa Martins de Almeida. Em 2005, nomeou Maria de Nazareth Farani Azevedo como chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, função nunca antes exercida por uma mulher (Exteriores, 2018). Ainda em sua gestão, duas mulheres foram enviadas ao Oriente Médio: Maria Elisa Berenguer, para chefiar a embaixada do Brasil em Tel Aviv, e Ligia Maria Scherer, para liderar a representação do Brasil em Ramallah. Outras duas embaixadoras foram nomeadas para duas representações permanentes do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, a titular Maria Luiza Ribeiro Viotti e sua vice, Regina Maria Cordeiro Dunlop.

Ainda no governo Lula, Celso Amorim promoveu uma política informal de cotas para promoção de mulheres na hierarquia itamaratiana, por meio de instrumentos de pressão interna. De 2003 a 2009, a proporção de mulheres entre os diplomatas promovidos cresceu de 16% para 29% (Cockles & Steiner, 2017: 267-268). No entanto, com o fim do governo, essas medidas perderam fôlego, pois, além de serem informais, existia resistência de grande parte dos diplomatas em reconhecer que havia desigualdades de gênero no Itamaraty e que estas prejudicavam as mulheres. Ademais, algumas diplomatas sentiram-se desconfortáveis com as cotas e muitas acreditavam não ser o melhor meio para superar as desigualdades, pois suas promoções pareciam decorrer do fato de serem mulheres e não pelas suas competências. Contudo, a política de cotas contribuiu para dar visibilidade à questão de gênero na instituição (Cockles & Steiner, 2017).

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), primeira presidente mulher do país, as recomendações da chefia do MRE eram a de que “houvesse mulheres entre os promovidos, para todos os níveis, a cada seis meses (período regular de promoções)” (Balbino, 2011: 14), tanto na hierarquia como em postos importantes para as relações exteriores do Brasil.

Frente aos fatos relatados, evidencia-se que a mulher não esteve presente na formação social da imagem da diplomacia brasileira e teve que enfrentar barreiras legais e sociais para tornarem-se diplomatas. Como a mulher não fez e ainda não faz parte da construção do significado de “diplomata”, logo, a carreira diplomática é vista socialmente como uma profissão masculina. Tanto assim que os dados indicam a quantidade de mulheres ingressantes na carreira diplomática, como muito inferior à de homens, no período de 2007 a 2017, conforme verificamos a seguir:

Gráfico 1. Aprovações no CACD em ampla concorrência de acordo com o sexo dos candidatos, de 2007 a 2017



Fonte: elaborado pela própria autora, com base nos dados fornecidos pelo MRE.

No ano de ingresso da primeira mulher na diplomacia brasileira, 1918, a porcentagem de mulheres na carreira era de 0,42%, uma mulher frente a 235 homens (Friaça, 2018). Em 1954, quando foi revogada a proibição do ingresso de mulheres no Itamaraty, elas correspondiam a 2,92% do total de diplomatas brasileiros: de 512 diplomatas, 15 eram mulheres (Friaça, 2018). Em 1970, enquanto o instituto da agregação era válido no Itamaraty, de 654 diplomatas, havia 61 diplomatas mulheres, ou seja, 9,32% (Friaça, 2018). No ano de promulgação da atual Constituição Federal, 1988, havia 150 mulheres diplomatas, 17,68% do total de 848 (Friaça, 2018). Em 2007, primeiro ano do segundo governo Lula, após medidas internas para diminuir a desigualdade de gênero na instituição, 26,5% dos 1.292 diplomatas no Itamaraty eram mulheres, isto é, 265 (MRE, 2019). Em 2019, as mulheres representavam 22,97% do corpo diplomático: elas eram 360 de um total de 1560 diplomatas (MRE, 2019). Isso significa que elas ainda configuram na atualidade menos de $\frac{1}{4}$ do total de diplomatas brasileiros.

Todavia, o baixo número de mulheres ingressantes e na carreira diplomática não são os únicos indicadores da desigualdade de gênero no MRE. Após o ingresso, as mulheres precisam lidar com a hierarquia itamaratiana e seus critérios de promoção. Os dois primeiros níveis hierárquicos dão-se de forma automática e/ou por antiguidade: o primeiro, Terceiro-Secretário, é automático após a aprovação no CACD; o segundo, Segundo-Secretário, é automático após conclusão do curso no IRBr, sendo obrigatório ter no mínimo 3 anos de serviço efetivo, e no máximo 4 anos, desde que haja vagas. Os demais níveis hierárquicos passam a exigir articulação política, pois não basta estar no Quadro de Acesso⁹ após cumprir as metas, é preciso ser aprovado na votação interna, ou seja,

9 Internamente à instituição há o Quadro de Acesso, relativo ao conjunto de diplomatas que podem ser promovidos ao próximo estágio, e o Quadro Especial, que leva em consideração critérios de permanência em um mesmo nível ou por critérios etários (Cockles and Steiner, 2017). Assim, enquanto somente aqueles que estão contemplados na lista do Quadro de Acesso, que responde a critérios diversos, estão aptos a serem promovidos na carreira, os que constam no Quadro Especial têm suas chances reduzidas.

ser votado pelos superiores, pelos que se encontram no mesmo nível hierárquico, pelas Câmaras de Avaliação I e II e pelo Conselho de Promoção.

Considerando os dados relativos a abril de 2019, encontravam-se no último e mais prestigiado grau da hierarquia itamaratiana, Ministro(a) de Primeira Classe, 13,27% do total de membros da carreira, sendo 10,77% homens e apenas 2,5% mulheres. Vejamos:

Tabela 1. Porcentagem de diplomatas por cargo, total e por sexo, em abril de 2019

Cargo	Total	Mulheres	Homens
Terceiro-Secretário	11,35%	3,14%	8,21%
Segundo-Secretário	21,79%	5,19%	16,60%
Primeiro-Secretário	19,81%	5,06%	14,74%
Conselheiro	19,10%	4,04%	15,06%
Ministro de Segunda Classe	14,68%	3,14%	11,54%
Ministro de Primeira Classe	13,27%	2,50%	10,77%

Fonte: elaborado pela própria autora com base nos dados fornecidos pelo MRE, de 24 de abril de 2019.

Ao analisarmos a Tabela 1, que constitui um recorte da realidade institucional em 2019, podemos constatar que a maior porcentagem de mulheres diplomatas são da categoria Segunda-Secretária (5,19%). A passagem do nível de Terceira-Secretária para Segunda-Secretária ocorre de forma automática, ao completar dois anos de estudos no IRBr. Já de Segunda-Secretária para Primeira-Secretária, passam a valer os critérios de promoção que envolvem tempo de serviço do exterior, cursos e votação interna, exigindo-se maior articulação política. De acordo com os indicadores apresentados, a partir do nível “Segundo Secretário”, a porcentagem de mulheres diminui conforme o nível hierárquico aumenta. Já com os homens, observa-se que a porcentagem de Conselheiros é maior que a de Primeiro-Secretários; nesse caso, ainda que o nível hierárquico aumente, a porcentagem de homens não diminui como a das mulheres.

Quando os critérios de promoção requerem articulação política dentro do Itamaraty, as mulheres são prejudicadas, uma vez que são socializadas numa estrutura que as afastam do exercício do poder (Balbino, 2011; Saffioti, 2015). Do momento que as promoções são feitas a partir do sistema de votação vertical e horizontal, posto que as mulheres configuram menos de 25% do corpo diplomático, os homens são, assim, privilegiados novamente, devido à maior probabilidade de receberem tarefas cruciais para promoções, tanto por serem maioria, como em função do ambiente favorecer o masculino (Balbino, 2011). Além disso, as mulheres precisam provar ter mérito e ser capazes dez vezes mais que os homens, como afirma a diplomata Gisela Padovan (Exteriores, 2018, 47:02 – 47:50).

Além da distribuição hierárquica, a desigualdade de gênero no MRE também pode ser notada ao observarmos cargos representativos, isto é, mais veiculados nas mídias e de maior visibilidade à sociedade. Por exemplo, nunca houve uma Ministra das Relações Exteriores no Brasil – lembrando que já tivemos 74 trocas de Ministros das Relações Exteriores desde 1988, incluindo os interinos,

todos homens –, bem como nunca houve uma Secretária-Geral das Relações Exteriores e apenas três mulheres comandaram o IRBr desde sua criação¹⁰, em 1945.

Outro fato que indica a desigualdade de gênero no MRE é a distribuição de diplomatas nas funções de postos no exterior: elas não ocupam funções de visibilidade e/ou de maior importância nos postos mais relevantes. Nunca houve uma mulher na chefia das embaixadas de Washington, Buenos Aires, Madri, Londres e Lisboa. Em 2018, havia 122 chefes de embaixada e apenas 12 eram mulheres (9,8%), sendo 5 na África, 4 na Europa e 3 na Ásia. Já quanto aos 52 Consulados-Gerais, as mulheres chefiam 17 deles (32,6%), cerca de 1/3 do total (Exteriores, 2018).

A imagem que a sociedade tem de “diplomata” está associada, como evidenciamos, aos membros masculinos da elite brasileira. Isso inclui a expectativa social do casamento e da maternidade atrelada às mulheres e à realidade das remoções diplomáticas, as quais passam então a ser uma barreira aos papéis e responsabilidades envolvidos na ideia de família (Balbino, 2001; Farias & Carmo 2016). Se a questão do casamento é um desafio às heterossexuais, as homossexuais vivenciam ainda maiores dificuldades. Segundo a diplomata Amena Yassine, em seu depoimento ao documentário Exteriores (2018, 00:33:30), há muitos pontos cegos na caminhada do Itamaraty em direção à igualdade plena de direitos, como “a questão que enfrentam as mulheres lésbicas no serviço exterior brasileiro”.

Paralelamente à questão de gênero, as questões de classe e raça se fazem presentes no Itamaraty, sobretudo pelo perfil e pela imagem de diplomata construída pela instituição historicamente. O depoimento da diplomata Marise Ribeiro Nogueira, no referido documentário, é bastante emblemático nesse sentido:

Há uma interseccionalidade entre raça, gênero e classe social e isso tem a ver com o que a gente chama de racismo, sexismo, patrimonialismo estruturais da sociedade brasileira. Que definem um lugar para a mulher negra, e o Itamaraty não é esse lugar. No Itamaraty há uma desfeminização da mulher negra, há uma desumanização como pessoa, e há um deslocamento. Porque o lugar que foi reservado à mulher negra na nossa sociedade é um lugar de negação do intelectual e da coisificação do corpo. Isso não combina com ser diplomata. Talvez por isso haja uma invisibilidade da mulher negra diplomata, que faz com que cada uma seja a primeira, porque simplesmente nós não somos vistas. E esse racismo é tão estruturante que ele vai sendo naturalizado por todos, inclusive por mim. (Exteriores, 2018, 00:32:21 – 00:33:23).

Marise faz uma referência tanto à situação que ela enfrentou, em 2003, como a situação passada por uma jovem negra piauiense, em 2018: ambas, ao ingressarem na carreira diplomática, foram divulgadas pela mídia como “a primeira negra no Itamaraty¹¹”. Além disso, ao falar de interseccionalidade, Marise denuncia que há sobreposições de opressões no MRE. A interseccionalidade é um conceito, cunhado por Crenshaw (2004), o qual possibilita a análise das condições de mulheres que sofrem

10 Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, de fevereiro de 1987 a junho de 1991. Embaixadora Gisela Maria Figueiredo Padovan, de novembro de 2018 a agosto de 2019. Embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, de agosto 2019 até atualmente (julho de 2020).

11 Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/piauiense-e-a-primeira-negra-diplomata-no-itamaraty/>.

diferentes tipos de opressão, não apenas a de gênero, mas também as de classe e raça, por exemplo. Como pudemos verificar na seção anterior, o *ethos* do Itamaraty vem reproduzindo seus pilares constituintes, os quais envolvem não apenas a desigualdade de gênero, mas também o racismo e questões de classe, interseccionando-os. Portanto, a perspectiva interseccional se revela importante igualmente para compreender as mulheres – ainda que escassas – consideradas aceitáveis a fazer parte da instituição.

Uma das estratégias para lidar com o jogo político para ascender na carreira e com outras formas de discriminação de gênero no ambiente de trabalho consiste na tendência das mulheres a assumirem uma postura masculinizada (Enloe, 2007). Esta “masculinização” da mulher para ser aceita no meio revela que ambientes políticos ainda são percebidos como uma área de atuação “masculina”, como, de acordo com Enloe (2007: 102), um “mar de ternos pretos, gravatas e cabelo curto”.

Neste ambiente institucional, as mulheres também sofrem com assédio moral de seus “colegas”¹² (Balbino, 2011). Cansadas da realidade que precisam enfrentar na instituição, as mulheres tomaram à frente de um movimento por mudanças. Um grupo que surgiu informalmente no Facebook, no final de 2013, tornou-se um movimento liderado por um amplo coletivo de mulheres diplomatas (Friaça, 2018). Possivelmente não houvera um movimento anterior por parte das diplomatas, porque apenas com as redes sociais e as mídias digitais puderam reunir-se e organizar-se, já que estão sempre viajando a serviço do país.

A primeira manifestação formal do grupo de mulheres diplomatas se deu por meio de uma carta subscrita por 203 diplomatas (Farias & Carmo 2016) entregue ao então Ministro das Relações Exteriores, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, no dia 08 de março de 2014, dia internacional da mulher. A carta dispunha de um conteúdo que abrangia diversos temas e convergia com as literaturas sobre a questão de gênero no mercado de trabalho. Após a carta, foi criado, em setembro de 2014 com a portaria nº 491, o Comitê Gestor de Gênero e Raça do Itamaraty, que passou a coordenar programas e políticas voltados à promoção da efetiva igualdade de gênero e de raça no âmbito da chancelaria brasileira (Farias & Carmo, 2016; Friaça, 2018: 41).

O Itamaraty chegou a demonstrar maior conscientização sobre a reprodução das desigualdades sociais brasileiras no interior da instituição ao adotar algumas medidas para tentar reverter este quadro, como: a política de nomeação a importantes cargos e as cotas para promoção, no governo Lula; o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, lançado em 2017 e elaborado pelo Itamaraty com ajuda do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, Segurança Pública e do Ministério dos Direitos Humanos e com o apoio e participação da ONU-Mulheres e, representando a sociedade civil, do Instituto Igarapé (Itamaraty, 2017). Somando-se a isso, o MRE lançou uma campanha, em 2018, nas redes sociais digitais a fim de incentivar que haja mais mulheres diplomatas. Em abril de 2019, a página do Ministério das Relações Exteriores no Facebook contava com 185.839

12 Em novembro de 2015, o analista Matias Spektor publicou um artigo na Folha de São Paulo sobre o problema de gênero no Itamaraty, denunciando, inclusive, questões de assédio. Este artigo sofreu críticas por parte dos diplomatas homens, defendendo que os casos de assédio no MRE eram pontuais. Em resposta, diplomatas mulheres começaram a relatar, de forma espontânea e descaracterizada, num grupo fechado no Facebook, episódios de assédio dentro do Itamaraty, e em 72 horas totalizava mais de 100 relatos distintos (Friaça, 2018: 42).

curtidas e 187.697 seguidores. Todavia, menos de ¼ dos seguidores da página assistiram aos vídeos da campanha #maismulheresdiplomatas.

Não há dúvida de que o Itamaraty tem poder e visibilidade para projetar uma nova imagem de diplomata à sociedade brasileira (Farias & Carmo, 2016). Em 1974, por exemplo, o MRE fez uma campanha de propaganda para criar nos universitários paulistas interesse pela diplomacia e teve sucesso nesta empreitada (Cheibub, 1989). À época inexistiam as mídias digitais. Se houvesse forte empenho da instituição na subversão do atual quadro de desigualdade de gênero no MRE como houve em 1974 para convocar a elite paulista, talvez pudesse haver o começo de uma mudança.

Modificar o *ethos* do Itamaraty é uma tarefa complexa e lenta. A transformação na cultura organizacional não será automática, precisa ser constantemente incentivada. As reformas podem e devem ser internas e externas, afinal, a cultura do MRE ajudou a construir a imagem que a sociedade até hoje tem de “diplomata”. As mídias e as Universidades devem ser envolvidas, de forma a divulgar uma nova imagem da diplomacia e da figura de diplomata, estimulando que mais mulheres ingressem na carreira. Mas, para isso, também é necessário que o Itamaraty abra espaços para as mulheres atuarem em cargos de prestígio e visibilidade. É possível que seja necessária uma política de cotas, pelo menos num primeiro momento, para que a organização possa começar a processar esta mudança.

Conclusão

Como pudemos verificar no decorrer deste artigo, a imagem de diplomata, no Brasil, foi construída sobre parâmetros elitistas, patrimonialistas, racistas e patriarcalistas. Esta imagem forjada e reproduzida historicamente pelo Itamaraty, pelas mídias e pela sociedade, encobre e perpetua uma hierarquia de gênero prejudicial à mulher. A mulher não faz parte da história oficial da instituição, não está presente em cargos de representatividade e visibilidade internacionais. Logo, se ela não é “vista” pela sociedade brasileira, torna-se “invisível” e, conseqüentemente, “ausente”, “inexistente”. Aquilo que desconhecemos não existe. Daí a importância de questionarmos “onde estão as mulheres?”, como proposto por Enloe e com as teorias feministas das Relações Internacionais. A vertente feminista construtivista nos ajuda a compreender como a imagem de diplomata foi moldada tanto pelo MRE como pela sociedade, e a pós-estrutural nos possibilita enxergar meios para subverter esta imagem: expondo à sociedade a realidade das diplomatas, mostrando que a mulher não só pode, como já ocupa espaços públicos e de decisão, ainda que não suficientemente se comparado aos homens e com mesmo prestígio dos cargos que estes assumem.

A despeito das reformas internas adotadas pelo MRE, ainda há muitos aspectos que devem ser trabalhados, seja no ingresso, na ascensão e nas promoções hierárquicas, nos direitos, como à maternidade, e em questões como o assédio moral e sexual. Os problemas enfrentados dentro da instituição e a invisibilidade das diplomatas poderiam ser corrigidos pela adoção de uma política mais assertiva: nomeação de mais mulheres diplomatas para funções de liderança, com maior relevância e prestígio; propagação de uma nova imagem de diplomata para a sociedade, envolvendo não apenas

a questão de gênero, mas também de raça e classe, além de sexualidade; reformulação de diretrizes internas, a fim de facilitar e tornar mais claras e justas as condições para ascensão hierárquica. Além de voz, é preciso dar espaço e visibilidade às mulheres na diplomacia brasileira.

Referências Bibliográficas

- Alexijevich, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Alves, Ana Carla Farias; Alves, Ana Karina da Silva. “As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres.” *In: IV SEMINÁRIO CETROS: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, Fortaleza. Anais*. Universidade Estadual do Ceará (2013): 113-121.
- Balbino, Viviane Rios. *Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- Beauvoir, Simone. *The second Sex*. Nova York: Vintage, 1973.
- Caetano, Ivone Ferreira. *O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade*. Rio de Janeiro: Escola da magistratura do estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 2017.
- Cheibub, Zairo. “Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica.” *Pensamento Iberoamericano Revista de Economia e Política*, Madrid, v. 28, no. 1 (1985): 113-131.
- Cheibub, Zairo. “A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty.” *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, no. 2 (1989): 97-128.
- Cockles, Mariana; Steiner, Andrea Quirino. “As mulheres na carreira diplomática brasileira: considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional.” *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 6, no. 11 (2017): 250-280. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/6918/3891>. Acesso em: mar. 2020.
- Crenshaw, Kimberlé Williams. “A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.” *In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.
- Delamobica, Laura Berdine Santos. *Mulheres diplomatas brasileiras*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/16802/1/2014_LauraBerdineSantosDalamonica.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.
- Eloe, Cynthia. Feminism. *In: GRIFFITHS, Martin (org.). International Relations Theory for the Twenty-First Century: An introduction*. New York: Routledge (2007): 99-110.
- Enloe, Cynthia. *In: Schouten, P. & Dunham, H. Theory Talk #48: Cynthia Enloe on Militarization, Feminism, and the International Politics of Banana Boats*, Theory Talks, maio 2012. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/155109/Theory%20Talk48_Enloe.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.
- Exteriores*: “Mulheres brasileiras na diplomacia.” Direção: Ivana Diniz. Brasília: Argonautas, 2018. Documentário (52 min.). Disponível em: <https://vimeo.com/303550770>. Acesso em: 27 fev. 2020.

- Farias, Rogério; Carmo, Gêssica. “As mulheres na carreira diplomática brasileira: uma análise do ponto de vista da literatura sobre mercado de trabalho e gênero.” *Revista Mundorama*, 15 jan. 2016. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=17746>. Acesso em: 18 abril 2020.
- Friaça, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018.
- Lopes, Dawisson Belém. *Política Externa e democracia no Brasil: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- Lopes, Dawisson Belém. *Política externa na Nova República: os primeiros 30 anos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- Mohanty, Chandra Talpade. “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses.” *In: On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism*, v. 12, no. 3 (1984): 333-358.
- Monte, Izadora Xavier do. “O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais.” *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, no. 1 (2013): 59-80.
- Moura, Cristina Patriota de. *Rio Branco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- Moura, Cristina Patriota de. “O inglês, o parentesco e o elitismo na Casa de Rio Branco.” *Cena Internacional*, Brasília, ano 8, no. 1, jun. 2006. Disponível em: https://archive.org/stream/Cena20021/Cena_2006_1#page/n1/mode/2up. Acesso em: 25 mar. 2020.
- Moura, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- Pinto, Céli Regina Jardim. “Feminismo, história e poder.” *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 18, no. 36 (2010): 15-23.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- Rodrigues, Kelen Cristina. “Em pauta o conceito de ethos: a movência do conceito da retórica aristotélica à sua ressignificação no campo da Análise do Discurso por Dominique Maingueneau.” *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 11, no. 2 (2008): 195-206.
- Saffioti, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- Soares, Vera. “Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências.” *In: Revista Estudos feministas*. Rio de Janeiro, ano 2 (1994): 11-24. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>. Acesso em: maio 2020.
- Souza, Hannah Guedes de. “O ethos do itamaraty: análise sobre a instituição e a socialização dos diplomatas.” *Estudos Sociopolíticos e Internacionais da América do Sul*, Espirales, v. 2, no. 3 (2018): 43-70.
- Tickner, J. Ann. “You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists.” *International Studies Quarterly*, v. 41, no. 4 (1997): 611-632.
- Tickner, J. Ann; Sjoberg. “Feminism.” *In: DUNNE, Tim Dunne; KURKI, Milja; SMITH, Steve. International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Reino Unido: Oxford University Press (2013): 205-222.